Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

25/03/2017

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   1.1. DECISÕES..... 1
   1.2. DESEMBARGADOR..... 2 - 3
2. JORNAL O PROGRESSO
   2.1. VARA CRIMINAL..... 4
3. JORNAL PEQUENO
   3.1. INSTITUCIONAL..... 5
   3.2. PRESIDÊNCIA..... 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Ação de inconstitucionalidade deve ser julgada na quarta-feira

Pleno do Tribunal de Justiça deve se reunir para julgar ação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) contra o aumento do ICMS

Na quarta-feira, 29, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão deve julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, que questiona a Lei Estadual nº 10.542/2016, que elevou as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A ação movida pela OAB/MA seria julgada dia 23, mas foi adiada, a pedido do relator do processo, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, que solicitou maior tempo para análise dos fatos.

Para a OAB, o aumento da alíquota impacta diretamente nos serviços essenciais como tarifas de energia elétrica, preços da gasolina, do etanol, telefonia e TV por assinatura, causando graves prejuízos a todos os maranhenses.

O imposto a ser pago pelos produtos essenciais se tornaria mais oneroso ou tão oneroso quanto, o pago sobre produtos considerados supérfluos, como fumo, bebidas alcoólicas, embarcações de esportes e de recreação. Violando, assim, o princípio tributário da seletividade do ICMS.

Outra violação constitucional apontada pela OAB/MA diz respeito ao princípio do não-confisco, na medida em que a majoração da alíquota do ICMS em momento de severa crise econômica, com evidente redução da capacidade contributiva dos cidadãos importa em indevida e excessiva intromissão do estado na propriedade daqueles. ●

MAIS

Estudo

Após um elaborado estudo sobre a Lei, a OAB/MA averiguou que o Estado do Maranhão agiu de maneira inadequada, no tocante ao aumento da alíquota do ICMS. Vale destacar que tal medida, ainda que justificada pelo Estado do Maranhão de que precisa arrecadar mais em razão da crise econômica, a Ordem entende que essa atitude vai na contramão dos anseios da sociedade, além de desrespeitar relevantes princípios constitucionais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Thainara OG no meio do cenário produzido por Andreia Gianessi para o lançamento do seu projeto junino e, à direita, com o produtor Bruno Lima

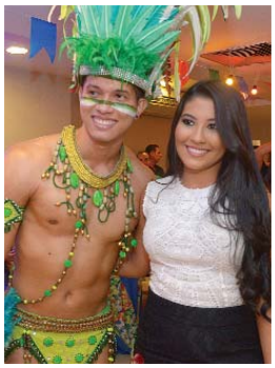
FESTA JUNINA *para Thaynara OG festejar nova idade*

Thaynara OG foi pega de surpresa na última segunda-feira, quando familiares, amigos e parceiros se reuniram no Hotel Brisamar para celebrar a nova idade da digital influencer com uma festa concorrida e animada.

Thay chegou com celular na mão achando que iria fazer uma live para os seguidores e depois jantar com a família. Ledo engano, foi recebida com uma toada feita pela companhia Boi de Morros especialmente para celebrar seus 25 anos de idade.

Ainda emocionada, Thaynara fez um rápido discurso para agradecer a presença de todos e aproveitou para anunciar um projeto que vem preparando há algum tempo: a realização do São João da Thay, no dia 28 de junho.

Decorada por Andreia Gianessi, a festa contou também com a participação das cantoras Flávia Bittencourt e Fabrícia Almeida e apresentação especial do Boi de Morros.



A aniversariante ao lado de um dos índios do Boi de Morros

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

A aniversariante com os tios Milina e desembargador Jamil Gedeon e as primas Mizzi e Rani

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Incendiários de ônibus que mataram menina Ana Clara vão a júri popular

Divulgação/De Jesus

Ônibus incendiados por bandidos e onde estava a menina Ana Clara

Os cinco acusados do incêndio ao ônibus no qual estava a menina Ana Clara Santos Souza, de 6 anos, que morreu em decorrência das queimaduras que sofreu, irão a júri popular na 1ª Vara de São José de Ribamar. Jorge Henrique Amorim, Wlderley Moraes, Hilton John Alves Araújo, Thallyson Vitor Santos e Larravardiere Silva Rodrigues de Sousa Júnior foram pronunciados ao Tribunal de Júri Popular, em data ainda a ser definida pelo Judiciário.

A sentença de pronúncia é assinada pela juíza Teresa Mendes.

Todos os envolvidos e mais quatro menores de idade que também participaram do incêndio, são acusados da morte da menina Ana Clara, além da tentativa de homicídio de Juliane Carvalho dos Santos e Lorrane Beatriz Santos – mãe e irmã de Ana Clara – Márcio Ronney da Cruz Nunes e Abianci Silva dos Santos, todos passageiros que tiveram queimaduras durante a ação criminosa, ocorrida em janeiro de 2014.

O crime, comandado por uma facção criminosa, ocorreu por volta das 20h, no bairro Vila Sarney Filho I, quando Hilton e Thalysson, sob o comando de Larravardiere, recrutaram adolescentes em conflitos com a lei para participar da ação. De acordo com o inquérito, os menores e Thallyson abordaram o ônibus e atearam fogo no veículo. Jorge Henrique e Wlderley são internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, enquanto Hilton, Thallyson e Larravardiere estão em liberdade. Um outro acusado de participar no ato criminoso, Giheliton de Jesus Silva, morreu em junho do ano passado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Inscrições abertas a juízes para uma vaga no Conselho Nacional do MP

Por meio do Ofício-Circular nº 233/2017 do Superior Tribunal de Justiça, a presidente da Corte, ministra Laurita Vaz, comunica o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a abertura das inscrições para os juízes interessados em concorrer a uma vaga de membro do Conselho Nacional do Ministério Público. De acordo com o STJ, para fazer a inscrição, o interessado deve baixar o formulário padronizado, preenchê-lo e encaminhá-lo como documento Word anexo para o endereço: juiz_cnmp@stj.jus.br. As inscrições vão até 4 de abril, contados os 20 dias a partir da publicação do Edital nº 2, no Diário de Justiça Eletrônico, ocorrida em 15 de março. A vaga reservada a juiz como membro do CNMP segue os termos do Art. 130-A, caput, IV, da Constituição Federal. Mais informações podem ser obtidas na Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados do STJ, pelos telefones (61) 3319-6470 e 3319-6497.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Representantes do grupo pela segurança hídrica reúnem-se com presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu, na quinta-feira (23), representantes de entidades que integram o grupo pela segurança hídrica de São Luís, para tratar sobre questões relacionadas ao julgamento de ações de licenciamento ambiental, na área do Parque Estadual do Bacanga.

Os representantes reivindicaram que as ações judiciais – que tenham como objeto a liberação de obras na região do parque – se concentrem na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, e não em varas de Fazenda Pública, por se tratar de área de posse e de domínio público, de interesse de preservação protegida por lei.

O grupo informou que o Ministério Público já solicitou ao Tribunal de Justiça a definição sobre a competência exclusiva para julgamento das questões, que envolvam a área de proteção ambiental. Na reunião, um documento sobre a situação atual do parque e as ameaças à sua preservação foi apresentado ao presidente, que disse estar atento aos problemas ambientais e ter interesse na definição da questão da competência de julgamento.

Segundo os especialistas, nos últimos 20 anos, o Parque Estadual do Bacanga perdeu 400 hectares de sua área total, que vem sendo comercializada e ocupada indevidamente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo